

# SEMA MT

**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO**

**ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E SOCIAL - DIREITO**



**APOSTILA  
COMPLETA**



**MATERIAL PARA  
DOWNLOAD**



**TEORIA E  
QUESTÕES**

**EDITAL Nº 1 - SEMA/MT, DE 1 DE SETEMBRO DE 2026**

# Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

## **POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?**

- ✓ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✓ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✓ Diferentes práticas que otimizam seus estudos
- ✓ Questões gabaritadas



**Adquira agora o material completo.**  
[www.maxieduca.com.br](http://www.maxieduca.com.br)



**SEMA MT**

*Analista de Desenvolvimento Econômico e Social - Direito*

## LÍNGUA PORTUGUESA

|                                                                                                 |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Compreensão e interpretação de textos .....                                                     | 1   |
| Argumentação e persuasão .....                                                                  | 6   |
| Comunicação assertiva: linguagem simples, concisa e objetiva.....                               | 11  |
| Organização textual.....                                                                        | 15  |
| Coesão e coerência.....                                                                         | 21  |
| Tipologia textual .....                                                                         | 26  |
| Ortografia oficial. Novo Acordo Ortográfico .....                                               | 30  |
| Acentuação gráfica.....                                                                         | 41  |
| Emprego do sinal indicativo de crase.....                                                       | 43  |
| Sintaxe da oração e do período .....                                                            | 48  |
| Pontuação .....                                                                                 | 54  |
| Concordância nominal e verbal .....                                                             | 58  |
| Regência nominal e verbal .....                                                                 | 64  |
| Significação das palavras.....                                                                  | 71  |
| Colocação do pronome átono .....                                                                | 76  |
| Redação oficial: escrita de textos formais e Manual de Redação da Presidência da República..... | 78  |
| Questões .....                                                                                  | 100 |
| Gabarito.....                                                                                   | 113 |

## GEOGRAFIA DE MATO GROSSO

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Produção do espaço regional mato-grossense: Aspectos naturais: clima, solo, relevo, vegetação, hidrografia e suas relações com o uso da biodiversidade; Políticas de gestão ambiental; Características econômicas do espaço industrial; Geografia da população: dinâmica e estrutura, processos migratórios, distribuição de renda, indicadores de qualidade de vida e questões sociais; Processo de urbanização; Dinâmica de ocupação do espaço agrário: inserção nacional e internacional ..... | 1  |
| Questões .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 7  |
| Gabarito.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 12 |

# SUMÁRIO



## HISTÓRIA DE MATO GROSSO

|                                                                                                                                |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Expansão e conquista dos sertões da América (séculos XVI a XVIII) .....                                                        | 1  |
| Povos indígenas e a ocupação do continente americano antes da chegada dos colonizadores portugueses.....                       | 6  |
| Espaços de missão: catequese e uso de mão de obra indígena (século XVII) .....                                                 | 11 |
| Bandeiras: expansão territorial, escravização indígena e exploração do ouro (século XVIII).....                                | 16 |
| Colonização e povoamento (séculos XVIII e XIX).....                                                                            | 21 |
| Cuiabá (de Arraial a Vila).....                                                                                                | 25 |
| A Vila Bela da Santíssima Trindade .....                                                                                       | 30 |
| A mineração do ouro e a mão de obra africana e indígena: Da decadência da mineração à ascensão da pecuária no século XIX ..... | 35 |
| Mato Grosso entre Império e República (século XIX-XX) .....                                                                    | 40 |
| Crise e transição no processo de independência (a Rusga).....                                                                  | 45 |
| A guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e seus efeitos .....                                                                  | 50 |
| O Estado Novo e a marcha para o Oeste .....                                                                                    | 55 |
| A ditadura civil-militar, o desmembramento do estado e o surgimento do MS (1977) ..                                            | 59 |
| Política fundiária e as tensões sociais no campo.....                                                                          | 64 |
| Questões .....                                                                                                                 | 70 |
| Gabarito.....                                                                                                                  | 76 |

## ÉTICA E FILOSOFIA

|                                                                                                                                                                          |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| A Filosofia como busca racional pela verdade e reflexão crítica sobre a realidade .....                                                                                  | 1  |
| O estudo do conhecimento: conhecimento empírico, conhecimento científico e conhecimento filosófico; correntes epistemológicas: racionalismo, empirismo, criticismo ..... | 6  |
| Desafios contemporâneos: a pós-verdade e o impacto da inteligência artificial.....                                                                                       | 11 |
| Questões relacionadas ao conceito e as medidas de enfrentamento ao assédio moral e sexual; atitudes éticas, respeito, valores e virtudes .....                           | 16 |
| Questões .....                                                                                                                                                           | 22 |
| Gabarito.....                                                                                                                                                            | 27 |

## ATUALIDADES

|                  |   |
|------------------|---|
| Atualidades..... | 1 |
|------------------|---|

## CONTEÚDOS TRANSVERSAIS

|                                                                                     |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Administração e Gestão Pública: Planejamento, organização, direção e controle ..... | 1  |
| Gestão de pessoas: recrutamento, seleção, treinamento, motivação e liderança.....   | 12 |

# SUMÁRIO



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Administração de materiais, patrimônio e serviços .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 16  |
| Gestão pública: princípios constitucionais, eficiência, transparência e inovação .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 21  |
| Poluição e Controle Ambiental: Poluição atmosférica: fontes e controle; Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar) .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 27  |
| Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico; Efluentes domésticos e industriais; Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes) .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 30  |
| Poluição do solo e resíduos sólidos .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 35  |
| Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo) .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 41  |
| Indicadores ambientais e monitoramento .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 49  |
| Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas; Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 54  |
| Economia e Desenvolvimento: Distribuição de renda e PIB, inflação, desemprego, política fiscal e monetária; Indicadores sociais e econômicos; Desenvolvimento econômico e social: conceitos e políticas públicas .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 59  |
| Estatística e Métodos de Pesquisa: Estatística descritiva: médias, variância, gráficos e tabelas .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 64  |
| Probabilidade e distribuições básicas: Inferência estatística: amostragem, testes de hipóteses; Pesquisa qualitativa e quantitativa em ciências sociais .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 69  |
| Aplicações em planejamento e avaliação de políticas públicas .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 74  |
| Marcos normativos do sistema de direitos humanos .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 79  |
| Normas e acordos internacionais: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 84  |
| Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 89  |
| Impactos das políticas de assimilação e dominação: Licenciamento Ambiental de empreendimentos que afetam comunidades quilombolas; Comunidades quilombolas: Formação, organização e contexto atual; História e cultura dos Povos Indígenas no Brasil; Processos históricos de colonização, resistência e contato com sociedades não indígenas; Preservação ambiental e cultural das terras indígenas; Questão indígena e os desafios contemporâneos; Impactos da urbanização, modernização e globalização; Saúde, educação, trabalho e condições de vida das populações indígenas ..... | 97  |
| Projetos, Programas e Políticas Públicas: Ciclo de políticas públicas: formulação, implementação, monitoramento e avaliação; Gestão de projetos e programas sociais; Indicadores de desempenho e impacto; Participação social e controle democrático ..                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 103 |
| Clima, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e Climática .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 108 |
| Lei Federal nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 113 |
| Lei Federal nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 123 |
| Lei Complementar nº 582, de 13 de janeiro de 2017, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 127 |
| Lei Federal nº 12.651/2012, Código Florestal Brasileiro .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 139 |

## SUMÁRIO

# SUMÁRIO



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Lei Federal nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.....                                                                                                                                                                        | 170 |
| Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações..                                                                                                                                                                                                                                          | 181 |
| Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental; Desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, consumo consciente e economia circular; Impactos socioambientais de empreendimentos .....                                                                                                  | 195 |
| Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....                                                                                                                                                                                                                                                                  | 200 |
| Legislação ambiental: Sisnama, processo de licenciamento; . Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006 ..... | 205 |
| Políticas públicas ambientais: instrumentos de comando e controle, instrumentos fiscais, instrumentos públicos de mercado, eficácia dos instrumentos .....                                                                                                                                                                   | 228 |
| Responsabilidade socioambiental; Conceitos dos principais indicadores sociais e ambientais .....                                                                                                                                                                                                                             | 233 |
| Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso .....       | 239 |
| Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981 .....                                                                                                               | 250 |
| Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais) .....                                                                                                                          | 257 |
| Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR .....                                                                                                                                | 271 |
| Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT .....                                                                                                                                                                                                              | 285 |
| Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso.....                                                                                                                                                                                                                               | 302 |
| Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento.....                                                    | 321 |
| Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais .....                                                                                                                                     | 322 |
| Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024) .....                                                                                                                                                                                  | 328 |
| Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011                                                                                                                                                                                                                                            | 339 |
| Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.....                                                                                                                                                                                                                | 345 |
| QUESTÕES.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 358 |
| GABARITO .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 363 |

# SUMÁRIO



## DIREITO CONSTITUCIONAL

|                                                                                                                                                                          |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Constituição: Conceito; Objeto e Elementos .....                                                                                                                         | 1   |
| Poder Constituinte .....                                                                                                                                                 | 4   |
| Hermenêutica Constitucional.....                                                                                                                                         | 8   |
| Controle de Constitucionalidade: Ação Direta de Inconstitucionalidade; Ação Declaratória de Constitucionalidade; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental..... | 13  |
| Organização político-administrativa brasileira: bens e competências.....                                                                                                 | 18  |
| Poder Legislativo: Organização; Funcionamento.....                                                                                                                       | 32  |
| Poder Judiciário: Jurisdição; Organização; Órgãos e Competência .....                                                                                                    | 50  |
| Administração Pública: Disposições gerais; Direta e Indireta; Servidores públicos.....                                                                                   | 73  |
| Ministério Público; Advocacia; Defensoria Pública.....                                                                                                                   | 83  |
| Direitos e Garantias Fundamentais; Direitos e Deveres Individuais, Difusos e Coletivos; Direitos Sociais.....                                                            | 90  |
| Educação; Ciência e Tecnologia .....                                                                                                                                     | 101 |
| Questões .....                                                                                                                                                           | 108 |
| GABARITO .....                                                                                                                                                           | 115 |

## DIREITO CIVIL

|                                                                                                                                                                                                                 |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Lei: Eficácia espacial e temporal e princípio da irretroatividade da lei; Revogação, derrogação e abrogação .....                                                                                               | 1   |
| Pessoas Naturais: modalidades, modificações e direitos; Pessoas Jurídicas: de direito público e privado .....                                                                                                   | 6   |
| Fatos jurídicos; Negócios e atos jurídicos; Definições, espécies, pressupostos de validade, prova, defeitos e invalidades; Modalidades dos negócios jurídicos; Atos ilícitos; Boa-fé objetiva e subjetiva ..... | 34  |
| Prazos: prescrição e decadência .....                                                                                                                                                                           | 54  |
| Bens e suas classificações.....                                                                                                                                                                                 | 65  |
| Obrigações: conceito, modalidades e transmissão; Cláusula penal; Adimplemento, extinção e inadimplemento.....                                                                                                   | 74  |
| Contratos em geral; Disposições gerais e extinção; Espécies de contrato: compra e venda, doação, empréstimo - comodato e mútuo, prestação de serviço, empreitada, locação, depósito, mandato e transação.....   | 102 |
| Registros Públicos.....                                                                                                                                                                                         | 116 |
| Fundações: pública e privadas; Legislação.....                                                                                                                                                                  | 118 |
| Questões .....                                                                                                                                                                                                  | 124 |
| GABARITO .....                                                                                                                                                                                                  | 131 |

# SUMÁRIO



## DIREITO AMBIENTAL

|                                                                                                                                                                                                                                                                  |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Fundamentos Constitucionais: Constituição Federal de 1988 - art. 225 (direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado); Competências da União, Estados e Municípios (arts. 23, 24 e 30); Função social da propriedade (arts. 5º, XXIII; 170, III; 186) ..... | 1   |
| Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981, sua regulamentação Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações .....                                                                                                                                        | 2   |
| Código Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso - Lei Complementar n. 38/1995 e suas alterações .....                                                                                                                                                            | 2   |
| Normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas ao meio ambiente - Lei Complementar 140/2011 .....                                                                                        | 3   |
| Tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União - Decreto Federal Nº 8.437/2015.....                                                                                                                        | 3   |
| 5.Lei de Crimes Ambientais - Lei Federal nº 9.605/1998 e suas alterações .....                                                                                                                                                                                   | 4   |
| Infrações e sanções administrativas ao meio ambiente - Decreto Federal nº 6.514/2008.....                                                                                                                                                                        | 4   |
| Processo administrativo estadual de apuração das infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente - Decreto Estadual nº 1.436/2022 ....                                                                                              | 37  |
| Conciliação Ambiental no âmbito da SEMA - Núcleo de Conciliação Ambiental (NUCAM-MT) - Instrução Normativa, nº 02/2023 .....                                                                                                                                     | 40  |
| Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei Federal nº 9.433/1997 e suas alterações; Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações..                                                                                        | 46  |
| Política Nacional de Segurança de Barragens - Lei nº 12.334/2010, sua regulamentação Decreto 11.310/2022 e suas alterações .....                                                                                                                                 | 46  |
| Código Florestal Brasileiro - Lei nº 12.651/2012 e suas alterações.....                                                                                                                                                                                          | 59  |
| Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC - Lei Federal nº 9.985/2000 e suas alterações .....                                                                                                                                                             | 60  |
| Sistema Estadual de Unidade de Conservação-SEUC - Lei Estadual nº 9.502/201 ....                                                                                                                                                                                 | 60  |
| Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022 e suas alterações .....                                                                                                                                               | 74  |
| Resolução CONAMA 001/86 e suas alterações (EIA/RIMA).....                                                                                                                                                                                                        | 114 |
| Resolução CONAMA 237/97 (Licenciamento Ambiental).....                                                                                                                                                                                                           | 117 |
| Resolução CONAMA Nº 009/1987 (Audiências Públicas) .....                                                                                                                                                                                                         | 121 |
| Biodiversidade e Patrimônio Genético: Lei nº 13.123/2015, sua regulamentação Decreto nº 8.772/2016 e alterações .....                                                                                                                                            | 122 |
| Proteção à Fauna - Lei Federal nº 5.197/1967 e suas alterações .....                                                                                                                                                                                             | 138 |
| Política Estadual dos Serviços Ambientais de Mato Grosso - Lei Estadual nº 12.829/2025.....                                                                                                                                                                      | 142 |
| Política da Pesca no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 9.096/2009 e suas alterações.....                                                                                                                                                                   | 145 |
| Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso - Lei Estadual nº 8.830/2008, regulamentada pelo Decreto nº 774/2024.....                                                                                               | 160 |
| Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais-PSA - Lei Federal nº 14.119/2021 e suas alterações.....                                                                                                                                                   | 168 |

## SUMÁRIO

# SUMÁRIO



|                                                                                                                                                                          |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Câmara de Compensação Ambiental de Mato Grosso - Decreto Estadual nº 2.594/2014.....                                                                                     | 176 |
| Política Nacional sobre Mudança do Clima - Lei Federal nº 12.187/2009 e suas alterações.....                                                                             | 181 |
| Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - Lei Federal nº 12.114/2009 e suas alterações.....                                                                                | 181 |
| Consolidação de atos normativos sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e a Política Nacional sobre Mudança do Clima - Decreto Federal nº 9.578/2018 .....         | 184 |
| Política Estadual de Mudanças Climáticas de Mato Grosso - Lei Complementar nº 582/2017.....                                                                              | 192 |
| Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024.....                                | 193 |
| Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/ 2007 e suas alterações.....                                                                           | 193 |
| Marco regulatório do Saneamento - Lei Federal nº 14.026/2020.....                                                                                                        | 220 |
| Normas Complementares e Internacionais: Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes - Decreto nº 5.472/2005 .....                                      | 245 |
| Acordo de Paris sobre a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - Decreto nº 9.073/2017 .....                                                          | 263 |
| Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas, conhecida como Convenção de Ramsar - Decreto nº 1.905/1996..... | 277 |
| Convenção sobre Diversidade Biológica - Decreto nº 2.519/1998.....                                                                                                       | 282 |
| Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações.....                                                                                           | 283 |
| Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações.....                                                                                 | 295 |
| Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.....                                                            | 318 |
| Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações..                                                                                      | 318 |
| Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011.....                                                                                   | 319 |
| Questões .....                                                                                                                                                           | 319 |
| GABARITO.....                                                                                                                                                            | 325 |

## LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

|                                                                                                                                                                                  |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Lei Complementar Estadual nº 112/2002, que Institui o Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso.....                                          | 1  |
| Lei Complementar nº 04/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais do Mato Grosso ..... | 5  |
| Código Estadual do Meio Ambiente. Lei Complementar nº 38/1995.....                                                                                                               | 53 |
| Questões .....                                                                                                                                                                   | 89 |
| Gabarito.....                                                                                                                                                                    | 94 |

## SUMÁRIO



## DIREITO ADMINISTRATIVO

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Direito Administrativo: Conceito e objeto.....                                                                                                                                                                                                                                                  | 1  |
| Ato administrativo: conceito, classificação, atributos, elementos, espécies, discricionabilidade, vinculação, revogação e anulação; Mérito do ato administrativo...                                                                                                                             | 4  |
| Administração Pública Direta e Indireta; Autarquias e Fundações públicas; Relacionamento Fundações Públicas e Fundações Privadas; Organização administrativa: noções gerais .....                                                                                                               | 11 |
| Serviço Público: conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação; Concessão e autorização dos serviços públicos .....                                                                                                                                                | 17 |
| Poderes da Administração: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia .....                                                                                                                                                                                                             | 22 |
| Responsabilidade civil do Estado: Fundamentos; Responsabilidade por ato do servidor; Ação regressiva.....                                                                                                                                                                                       | 26 |
| Processo Administrativo; Conceito, requisitos, objetivos, fases, princípios .....                                                                                                                                                                                                               | 30 |
| Licitações e Contratos Administrativos: modalidades, regras e nulidades.....                                                                                                                                                                                                                    | 37 |
| Bens Públicos; Regime jurídico dos bens públicos; Classificação dos bens públicos: concessão, permissão e autorização de uso de bens públicos; Alienação de bens públicos .....                                                                                                                 | 48 |
| Servidores Públicos: Classificação; Regime jurídico dos servidores públicos federal e estadual; Conceito de cargo, emprego, função pública, provimento e vacância; Acumulação de cargos, empregos públicos e funções públicas; Direitos e vantagens dos servidores públicos; Estabilidade ..... | 52 |
| Improbidade administrativa .....                                                                                                                                                                                                                                                                | 59 |
| Lei Estadual nº 7.692/2002 - que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.....                                                                                                                                                                              | 64 |
| Questões .....                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 64 |
| GABARITO .....                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 70 |

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Das normas processuais civis e sua aplicação. Os princípios informadores do processo civil.....                                                                                                                                                                                                           | 1  |
| Da jurisdição. Ação (conceito, natureza jurídica, classificação). Limites da jurisdição nacional e cooperação internacional. Da organização do Judiciário. Equivalentes jurisdicionais. Métodos Adequados de Solução dos Conflitos: conciliação, negociação, mediação e arbitragem pública e privada..... | 4  |
| Da competência (disposições gerais, modificação da competência e da incompetência). Da cooperação nacional e internacional. Da competência da justiça federal. Competência internacional .....                                                                                                            | 8  |
| Dos sujeitos do processo. Das partes e dos seus procuradores. Do litisconsórcio. Da intervenção de terceiros. Do juiz e dos auxiliares da justiça. Do Ministério Público, da Advocacia Pública e Privada e da Defensoria Pública.....                                                                     | 18 |
| Dos atos processuais. Da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais. Da comunicação dos atos processuais. Das nulidades. Da distribuição e do registro. Citação. Intimação.....                                                                                                                      | 33 |

# SUMÁRIO



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Da tutela provisória: Tutelas de urgência e da evidência .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 45  |
| Da formação, da suspensão e da extinção do processo: Flexibilização procedimental. Convenções processuais .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 56  |
| Do processo de conhecimento. Do procedimento comum. Disposições gerais. Petição inicial. Da improcedência liminar do pedido. Litispendência, conexão e continência. Da audiência de conciliação e mediação. Da contestação e da reconvenção. Da revelia e do julgamento conforme o estado do processo. Da audiência de instrução e julgamento. Das provas. Da sentença e da coisa julgada; Do cumprimento de sentença. Cumprimento provisório. Cumprimento definitivo de sentença; Do cumprimento de sentença. Cumprimento provisório. Cumprimento definitivo de sentença (obrigação de pagar quantia certa, obrigação de fazer, não fazer e de entregar coisa). Cumprimento de sentença e a fazenda pública. Impugnação. A inexigibilidade das sentenças judiciais ..... | 65  |
| Dos procedimentos especiais no CPC; Ação de consignação em pagamento. Ação de exigir contas. Ações possessórias. Ação de divisão e da demarcação de terras particulares. Ação discriminatória. Embargos de terceiro. Ações de direito de família de competência da Justiça Federal. Oposição. Habilitação. Ação Monitória. Homologação do penhor legal. Restauração de autos. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Notificação e interpelação. Alienação judicial. Dos procedimentos especiais em legislação extravagante: mandado de segurança individual e coletivo, suspensão de liminar e de segurança, habeas data e mandado de injunção, alienação fiduciária de bens móveis e imóveis .....                                                           | 91  |
| Do processo de execução. Da execução em geral. Das diversas espécies de execução. Desconsideração da personalidade jurídica na execução. Da execução para entrega de coisa. Da execução das obrigações de fazer ou de não fazer. Da execução por quantia certa. Da execução contra a Fazenda Pública. Da execução fiscal. Dos embargos à execução. Extinção do processo de execução. Exceção de pré-executividade. Prescrição intercorrente .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 98  |
| Do precedente; Da ordem dos processos no tribunal; Incidente de assunção de competência; Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas; Incidente de arguição de inconstitucionalidade; Conflito de competência; Homologação de decisão estrangeira e da concessão do exequatur à carta rogatória; Ação rescisória.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 121 |
| Reclamação.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 128 |
| Recursos. Disposições gerais. Apelação. Agravo de instrumento. Agravo interno. Embargos de declaração. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça (recurso ordinário, recurso extraordinário e recurso especial). Recursos repetitivos. Repercussão geral. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário. Agravo interno. Embargos de divergência .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 129 |
| Dos juizados especiais: Princípios informadores .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 149 |
| Juizados Especiais Federais: competência, procedimento e recursos .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 153 |
| Ações coletivas; Inquérito civil; Legitimidade ativa; Competência; Coisa julgada; Execução e cumprimento de sentença; Regras procedimentais aplicáveis .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 156 |
| Termo de Ajustamento de Conduta e singularidades na conciliação nas ações coletivas; Recomendações exaradas por membros do Ministério Público .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 179 |
| O CPC e o direito intertemporal .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 185 |
| Ação de desapropriação.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 189 |
| Ação civil pública.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 195 |
| Mandado de segurança, individual e coletivo .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 198 |
| Questões .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 203 |
| Gabarito.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 211 |

## SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

### CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

#### ► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

#### ► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:



## **BASE NATURAL E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL**

### **► Clima, relevo e diferenciação regional**

O território mato-grossense combina condições tropicais, forte sazonalidade das chuvas e formas de relevo que influenciam a circulação das águas, a ocupação humana e o aproveitamento econômico. Em grande parte do estado, a estação chuvosa concentra-se nos meses mais quentes e o período seco é bem marcado. No norte, a influência amazônica favorece maior umidade; nas áreas centrais e orientais, destaca-se a sazonalidade típica do Cerrado; no sudoeste, a dinâmica do Pantanal acrescenta o pulso anual de cheias e vazantes. Essas diferenças afetam calendários agrícolas, disponibilidade hídrica, conservação de estradas, risco de incêndios e manejo de pastagens.

### **Planaltos, depressões e planícies**

O relevo reúne planaltos, chapadas, depressões e extensas áreas sedimentares. Setores elevados, como os associados à Chapada dos Guimarães, participam de divisores de águas e áreas de nascentes. A planície do Pantanal, de baixa declividade, recebe águas de numerosos tributários e apresenta inundações periódicas. Superfícies relativamente planas podem favorecer mecanização quando os demais fatores são adequados, enquanto áreas sujeitas a alagamento exigem formas de uso ajustadas à variação do nível das águas. Encostas, cabeceiras e margens fluviais requerem manejo cuidadoso, pois a retirada de cobertura vegetal pode acelerar erosão e assoreamento.

### **► Solos, vegetação e hidrografia**

Muitos solos do estado são profundos e fisicamente favoráveis à mecanização, mas podem apresentar acidez e baixa disponibilidade natural de determinados nutrientes. A produção agrícola intensiva depende, portanto, de manejo técnico, correção da acidez, reposição de nutrientes e práticas de conservação. Aptidão produtiva não significa ausência de fragilidade: compactação, perda de matéria orgânica e erosão podem ocorrer quando o uso desconsidera cobertura do solo, rotação de cultivos, declividade e proteção dos cursos d'água.

### **Biomass e grandes sistemas fluviais**

Mato Grosso reúne porções dos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal. O norte possui extensas formações florestais amazônicas; as áreas centrais e orientais apresentam mosaicos característicos do Cerrado; o sudoeste inclui ambientes pantaneiros condicionados pelas inundações. A hidrografia liga essas paisagens a grandes sistemas de drenagem, com rios como Xingu, Teles Pires, Juruena, Araguaia, Cuiabá e Paraguai. A posição das cabeceiras e dos tributários torna a gestão da água uma questão regional, porque sedimentos e contaminantes podem ser transportados para áreas distantes do ponto onde foram gerados.

A comparação entre componentes naturais ajuda a perceber que potencial econômico e restrição ambiental frequentemente aparecem no mesmo espaço.



### TERRITÓRIOS INTERIORES E A EXPANSÃO IBÉRICA NA AMÉRICA

#### ► Tordesilhas e o contraste entre cartografia e ocupação efetiva

A expansão europeia pelo interior da América portuguesa ocorreu em um espaço que, nos mapas diplomáticos dos primeiros tempos da colonização, não correspondia integralmente ao domínio português. O Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494 entre Portugal e Espanha, estabelecia uma linha abstrata de separação das zonas de conquista ultramarina. Na prática, a distância entre uma divisão traçada no papel e o conhecimento efetivo do continente era enorme. Rios, serras, planaltos, áreas alagáveis e extensas zonas de floresta condicionavam a circulação, enquanto numerosos povos indígenas possuíam seus próprios territórios, rotas e relações políticas. Por isso, a conquista dos sertões não pode ser entendida como simples avanço sobre espaços vazios. Ela envolveu o ingresso de agentes coloniais em regiões habitadas e conhecidas por sociedades que já mantinham formas próprias de ocupação, mobilidade e uso dos recursos.

#### Sertão como espaço móvel de conhecimento e disputa

A palavra sertão designava, no vocabulário colonial, áreas afastadas dos centros litorâneos de administração e comércio. Seu significado era relativo: um território considerado remoto por autoridades estabelecidas na costa podia ser densamente conhecido por populações indígenas, comerciantes locais, caçadores ou viajantes. A expansão para o interior dependia de informações sobre cursos d'água, passagens terrestres, épocas de cheia e de seca, lugares de obtenção de alimentos e possibilidades de abrigo. Esse conhecimento era adquirido por observação, experiência acumulada e, muitas vezes, pela incorporação forçada ou negociada de saberes indígenas. A conquista, portanto, tinha uma dimensão geográfica e outra política: conhecer caminhos permitia deslocar homens e mercadorias, mas também localizar comunidades, minas, áreas férteis e pontos adequados à instalação de povoações ou postos militares.

As modalidades de avanço pelo interior variaram conforme o objetivo e o momento histórico. A tabela compara formas recorrentes de penetração sem tratá-las como categorias rígidas, pois uma mesma expedição podia combinar finalidades diferentes.

| Modalidade de avanço              | Objetivo predominante                            | Meio de circulação                  | Efeito territorial recorrente                                 |
|-----------------------------------|--------------------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------------------------------|
| Reconhecimento e entrada          | Conhecer rotas, recursos e populações            | Caminhos terrestres e rios          | Ampliação do conhecimento colonial sobre o interior           |
| Expedição de apresamento          | Capturar indígenas e controlar áreas de passagem | Marchas terrestres e redes fluviais | Violência, deslocamentos e abertura de novos caminhos         |
| Prospecção mineral                | Localizar ouro e outras riquezas                 | Rios, córregos e trilhas            | Formação de acampamentos e atração de novos contingentes      |
| Ocupação administrativa e militar | Fixar soberania e proteger fronteiras            | Povoações, fortes e postos          | Transformação da presença eventual em domínio mais permanente |

A comparação evidencia que conquista e povoamento não eram etapas perfeitamente separadas. O conhecimento produzido por expedições podia orientar novas incursões, e a descoberta de recursos podia converter uma rota temporária em eixo permanente de circulação. No extremo oeste, esse processo aproximou a expansão luso-brasileira das áreas sob influência espanhola e tornou a questão de fronteira cada vez mais concreta.



## **RAZÃO, VERDADE E NASCIMENTO DA ATITUDE FILOSÓFICA**

### **► Da experiência cotidiana ao problema racional**

A filosofia começa quando uma situação que parecia evidente deixa de ser aceita apenas porque é habitual, tradicional ou socialmente repetida. A atitude filosófica transforma familiaridade em problema: pergunta o que uma afirmação significa, quais razões a sustentam, que consequências decorrem dela e em que condições poderia ser considerada falsa ou insuficiente. Essa disposição não elimina a experiência comum, mas recusa tratá-la como autoridade definitiva. Quando alguém afirma, por exemplo, que liberdade significa simplesmente fazer tudo o que se deseja, a reflexão filosófica pergunta se essa definição continua válida quando desejos individuais entram em conflito, quando uma escolha produz dano a outra pessoa ou quando o próprio agente age por impulso sem compreender suas razões. O ponto central está na passagem da opinião imediata para a investigação argumentada.

Na tradição grega, Sócrates tornou emblemática a prática de interrogar definições aparentemente simples. Termos como justiça, coragem ou virtude deixam de funcionar apenas como palavras familiares e passam a exigir esclarecimento conceitual. Platão aprofundou o problema da diferença entre aparência e conhecimento, enquanto Aristóteles consolidou formas sistemáticas de analisar causas, conceitos e argumentos. Essas contribuições não formam uma única doutrina, mas mostram um traço comum da atividade filosófica: a realidade pode ser examinada por meio de perguntas organizadas, distinções e razões que precisam ser publicamente compreensíveis.

### **Admiração, dúvida e formulação de questões**

A investigação filosófica costuma nascer de uma ruptura com a resposta automática. A admiração revela que algo comum pode ser intelectualmente estranho; a dúvida impede que uma crença seja tomada como intocável; a pergunta bem formulada delimita o problema que será discutido. Uma diferença importante separa a dúvida produtiva da negação indiscriminada. Duvidar filosoficamente não significa rejeitar toda afirmação, mas verificar seus fundamentos e limites. Se uma pessoa diz que determinada regra é justa porque sempre foi aplicada, a tradição explica a origem do costume, mas não basta para demonstrar sua justiça. A reflexão precisa examinar critérios como igualdade de tratamento, finalidade da regra, efeitos sobre os envolvidos e coerência com outras normas aceitas.

### **► Argumentação como disciplina da razão**

A busca racional pela verdade depende de argumentos. Um argumento articula razões de modo que uma afirmação não apareça como simples preferência. A qualidade dessa construção exige atenção ao significado dos termos, à relação entre premissas e conclusão e à consistência do conjunto. Uma conclusão pode ser persuasiva e ainda assim estar mal sustentada; inversamente, uma ideia inicialmente desconfortável pode merecer consideração se for acompanhada por razões coerentes. A filosofia, por isso, distingue convencimento psicológico de justificação racional. O primeiro pode explorar autoridade, medo ou hábito; a segunda depende de relações intelectualmente examináveis.

Para visualizar essa passagem, a tabela compara modos distintos de lidar com uma afirmação controversa. O critério central não é o grau de segurança subjetiva de quem fala, mas a forma pela qual a posição é sustentada e aberta ao exame.



SETEMBRO - 2025

MUNDO

### ► 80ª Assembleia Geral da ONU reforça papel diplomático em agenda global

Entre 23 e 29 de setembro de 2025, a 80ª Assembleia Geral da ONU reuniu chefes de Estado e representantes de diversas nações, consolidando-se como o principal fórum de formulação de políticas globais da organização.

O encontro permitiu debates sobre segurança internacional, mudanças climáticas, crises humanitárias e desenvolvimento sustentável, além de possibilitar negociações bilaterais e multilaterais entre países.

Especialistas ressaltam que a Assembleia Geral mantém papel estratégico na legitimação de tratados e resoluções internacionais, servindo também como palco de diálogos diplomáticos e posicionamentos geopolíticos, mesmo diante das limitações do Conselho de Segurança e desafios de implementação das decisões da ONU.

### ► Trump cogita classificar PCC e Comando Vermelho como terroristas, e governo Lula vê risco de interferência externa

Durante um discurso recente sobre **política de segurança internacional**, o presidente norte-americano **Donald Trump** indicou que pretende **classificar o Primeiro Comando da Capital (PCC)** e o **Comando Vermelho (CV)** como **organizações terroristas**, caso sua proposta seja implementada no novo mandato. A medida se basearia em **leis antiterrorismo dos Estados Unidos**, que permitem sancionar **grupos transnacionais** e congelar bens ou ativos financeiros ligados a eles em território americano.

#### Implicações jurídicas e diplomáticas

Caso a decisão se concretize, o enquadramento permitiria **bloqueios financeiros, ampliação da cooperação judicial e até a emissão de mandados internacionais** contra suspeitos com conexões com o narcotráfico. Essa **mudança de status** elevaria o patamar do combate ao crime organizado latino-americano, mas também criaria **tensões com países soberanos**, especialmente o Brasil, que **não reconhece facções domésticas como organizações terroristas**.

O **governo Lula manifestou preocupação**, afirmando que tal classificação **poderia configurar uma forma de interferência externa** em políticas de segurança interna. Brasília teme que a medida crie **pressão diplomática para o alinhamento automático do Brasil às diretrizes de Washington**, comprometendo a autonomia nacional na condução da política criminal e nas estratégias de combate ao tráfico.

#### Olhar geopolítico: soberania e segurança hemisférica

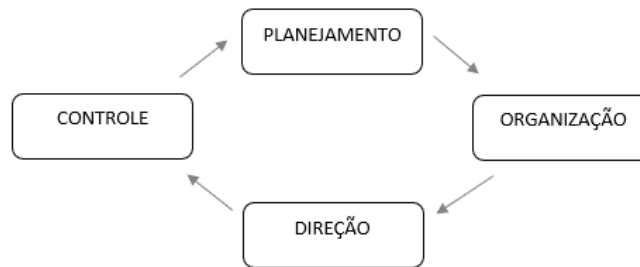
Sob o ponto de vista geopolítico, a proposta de Trump reforça a lógica de **“guerra às drogas” e de securitização da América Latina** — um modelo que historicamente aproximou temas de **criminalidade e terrorismo**, legitimando intervenções unilaterais dos EUA. Ao incluir o PCC e o CV nessa categoria, Washington poderia **expandir seu raio de influência sobre as políticas de segurança regionais**, reeditando tensões da era pós-11 de Setembro.

Além disso, analistas apontam que o **Brasil seria colocado em uma posição delicada**: por um lado, enfrenta internamente o poder crescente das facções; por outro, **precisa preservar sua soberania e evitar dependência de agendas externas**. Essa classificação também poderia **impactar as relações comerciais e financeiras**, já que bancos e empresas multinacionais passariam a ser obrigados a reportar possíveis vínculos com organizações ou indivíduos investigados, dificultando operações no Cone Sul.



### **FUNÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **Planejamento, organização, direção e controle:**



#### **► Planejamento**

Processo desenvolvido para o alcance de uma situação futura desejada. A organização estabelece num primeiro momento, por meio de um processo de definição de situação atual, de oportunidades, ameaças, forças e fraquezas, que são os objetos do processo de planejamento.

O planejamento não é uma tarefa isolada, é um processo, uma sequência encadeada de atividades que trará um plano.

- Ele é o passo inicial.
- É uma maneira de ampliar as chances de sucesso.
- Reduzir a incerteza, jamais eliminá-la.
- **Lida com o futuro:** porém, não se trata de adivinhar o futuro.
- Reconhece como o presente pode influenciar o futuro, como as ações presentes podem desenhar o futuro.
- Organização ser PROATIVA e não REATIVA.
- Onde a Organização reconhecerá seus limites e suas competências.
- O processo de Planejamento é muito mais importante do que seu produto final (assertiva).

Idalberto Chiavenato diz: “Planejamento é um **processo** de **estabelecer objetivos** e **definir a maneira** como alcançá-los”.

- **Processo:** Sequência de etapas que levam a um determinado fim. O resultado final do processo de planejamento é o PLANO.
- **Estabelecer objetivos:** Processo de estabelecer um fim.
- **Definir a maneira:** um meio, maneira de como alcançar.



### SENTIDO SOCIOLÓGICO; SENTIDO POLÍTICO; SENTIDO JURÍDICO; CONCEITO, OBJETOS E ELEMENTOS

No tocante aos sentidos sociológico, político e jurídico, são analisados pela doutrina, quando da análise das denominadas “perspectivas”<sup>1</sup>. Mesma observação com relação ao denominado objeto.

Dando-se prosseguimento aos nossos estudos, passaremos a analisar os denominados elementos da Constituição. Tal denominação surgiu em virtude de as normas constitucionais serem divididas e agrupadas em pontos específicos, com conteúdo, origem e finalidade diversos.

Conquanto haja essa divisão e o agrupamento em questão, é de se registrar que nossa doutrina é divergente com relação aos elementos da Constituição, não se podendo afirmar que uma classificação está correta e a outra errada.

Em que pese essa divergência, remetemos à clássica divisão dada pelo Professor José Afonso da Silva. Senão, vejamos.

- Elementos orgânicos – estabelecem as normas que regulam a estrutura do Estado e do Poder (Títulos III e IV da CF);
- Elementos limitativos – dizem respeito às normas que compõem os direitos e garantias fundamentais, limitando a atuação estatal;
- Elementos socioideológicos – estabelecem o compromisso da Constituição entre o Estado individualista e o Estado intervencionista (Título VII, da CF);
- Elementos de estabilização constitucional – são as normas constitucionais destinadas a assegurar a solução de conflitos constitucionais, a defesa da CF, do Estado e das instituições democráticas. Eles constituem os instrumentos de defesa do Estado e buscam garantir a paz social (Arts. 34 a 36 da CF);
- Elementos formais de aplicabilidade – encontram-se nas normas que estabelecem regras de aplicação da Constituição (ADCT — Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

### ► Classificações das Constituições

Registre-se que a doutrina brasileira costuma utilizar variados critérios de classificação das constituições, existindo variação entre eles.

- Quanto à origem – as Constituições poderão ser outorgadas (aquelas impostas pelo agente revolucionário que não recebeu do povo a legitimidade para, em nome dele, atuar), promulgadas (fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita diretamente pelo povo).

Também é denominada democrática, votada ou popular), cesaristas (não são propriamente outorgadas nem democráticas, ainda que criada com a participação popular, vez que essa visa apenas ratificar a vontade do detentor do poder).

Conhecidas também como bonapartistas) e pactuadas ou dualistas (são aquelas que surgem por meio de um pacto entre as classes dominante e oposição).

- Quanto à forma – as Constituições podem ser escritas (instrumentais) ou costumeiras (não escritas).
- Quanto à extensão – elas podem ser sintéticas (aquelas que apenas vinculam os princípios fundamentais e estruturais do Estado. São também denominadas de concisas, breves, sumárias, sucintas ou básicas) ou analíticas (são as Constituições que abordam todos os assuntos que os representantes do povo entenderem por fundamentais. São também conhecidas como amplas, extensas, largas, prolixas, longas, desenvolvidas, volumosas ou inchadas).
- Quanto ao conteúdo – material ou formal.

<sup>1</sup> <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/8713b4e79cb9270ecc075bfab3b84b2a.pdf>



## VIGÊNCIA DA LEI E PRODUÇÃO DE EFEITOS NO TEMPO

### ► Publicação, início da vigência e vacatio legis

A existência formal de uma lei não significa que ela passe a produzir efeitos obrigatórios no mesmo instante em que é publicada. O ordenamento distingue a publicação, que torna o texto oficialmente cognoscível, da entrada em vigor, momento a partir do qual a norma integra o conjunto de comandos jurídicos aplicáveis. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro estabelece, como regra geral, que a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, salvo disposição em sentido diverso. Esse intervalo é chamado *vacatio legis* e permite que destinatários, órgãos públicos e operadores jurídicos conheçam o conteúdo normativo e adaptem condutas antes da exigibilidade plena da nova disciplina.

O legislador pode estabelecer vigência imediata, fixar prazo diferente ou prever data futura determinada. Quando a própria lei contém cláusula expressa sobre sua entrada em vigor, prevalece essa indicação. A contagem do período de vacância obedece às regras próprias de publicação normativa e deve ser tratada com atenção porque o início da vigência delimita quais fatos passam a ser regidos pelo novo texto. Uma lei pode ter sido publicada e ainda não estar em vigor; nesse intervalo, a norma anterior continua disciplinando as relações jurídicas abrangidas, salvo hipótese específica prevista pelo ordenamento.

### Correção do texto legal e renovação do marco temporal

A LINDB também diferencia a correção realizada antes da entrada em vigor daquela promovida quando a lei já vigora. Se houver nova publicação destinada a corrigir o texto durante a *vacatio legis*, o prazo começa novamente em relação ao texto corrigido. Quando a alteração ocorre depois de iniciada a vigência, a correção é tratada como lei nova, pois modifica um comando que já integrava o ordenamento. Essa distinção protege a previsibilidade jurídica: o destinatário não pode ser surpreendido por mudança substancial apresentada como simples ajuste gráfico de uma norma que já estava produzindo efeitos.

Um exemplo concreto ajuda a visualizar a sequência. Imagine uma lei civil publicada em 1º de março, sem cláusula especial de vigência. Durante o período de vacância, percebe-se que um dispositivo contém redação equivocada e é republicado para correção antes da entrada em vigor. O marco temporal da vigência passa a considerar a nova publicação nos termos da LINDB. Diferente seria a situação em que a lei já estivesse vigente e posteriormente fosse alterada por novo texto: aí existiria disciplina nova incidindo a partir de sua própria vigência, sem apagar automaticamente os efeitos jurídicos regularmente produzidos sob a redação anterior.

A relação entre publicação, vigência e eficácia prática pode ser organizada pelos critérios apresentados abaixo.

| Momento jurídico     | Função principal                              | Consequência para o destinatário                          | Exemplo de efeito                                                |
|----------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| Publicação           | Dar existência oficial e publicidade ao texto | Torna possível conhecer a nova disciplina                 | Inicia-se a contagem da <i>vacatio legis</i> quando houver       |
| <i>Vacatio legis</i> | Separar publicação e obrigatoriedade          | Mantém, em regra, a disciplina anterior até o termo       | Contratos celebrados no período ainda observam a lei vigente     |
| Entrada em vigor     | Tornar a norma juridicamente obrigatória      | A nova lei passa a incidir sobre fatos alcançados por ela | Relações iniciadas depois do marco submetem-se à nova disciplina |



*Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conteúdos Transversais*

*Bons estudos!*

#### ► Meio Ambiente

O direito ao meio ambiente equilibrado está entre os chamados direitos de terceira geração/dimensão, ou seja, aqueles conhecidos como direitos de fraternidade/solidariedade. Eles abrangem os direitos difusos, coletivos, meta ou transindividuais, como é o caso do meio ambiente, da proteção aos consumidores, a aposentadoria etc.

Segundo a norma constitucional, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Há dois princípios muito aplicados no direito ambiental: o da prevenção e o da precaução. O objetivo de ambos é o mesmo, ou seja, impedir danos ao meio ambiente, por meio de cautelas direcionadas a atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais.

#### ► Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica

As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

As pessoas físicas e jurídicas estão sujeitas à responsabilização penal, civil e administrativa quando praticarem atos lesivos ao meio ambiente.

## CAPÍTULO VI

### DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo - se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê - lo e preservá - lo para as presentes e futuras gerações.

§1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;(Regulamento)

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;(Regulamento)(Regulamento) (Regulamento)(Regulamento)

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;(Regulamento)

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;(Regulamento)

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; (Regulamento)

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;



## **LEI COMPLEMENTAR Nº 112, DE 1º DE JULHO DE 2002 - D.O. 1º.07.02.**

*Institui o Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso.*

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o art. 45 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei complementar:

### **CAPÍTULO I**

#### **SEÇÃO I**

#### **DAS REGRAS DEONTOLÓGICAS**

Art. 1º Esta lei complementar institui o Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º O exercício de cargo efetivo ou em comissão, emprego público ou função de confiança exige conduta compatível com os preceitos deste Código e com os demais princípios da moral individual, social e funcional, em especial com os seguintes:

I - a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício de cargo, emprego ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio Poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos estaduais;

II - o servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no artigo 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal;

III - a moralidade da Administração Pública Estadual não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da idéia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo;

IV - a remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade;

V - o trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio;

VI - a função pública integra-se na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional;

VII - salvo os casos de investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública Estadual, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar;

VIII - toda pessoa tem direito à verdade. O servidor público não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública Estadual. O Estado de Mato Grosso não pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão, ou da mentira, que sempre aniquila a dignidade humana;



O Direito Administrativo é o ramo do Direito Público que disciplina a organização, o funcionamento e a atuação da Administração Pública, especialmente quando ela age para atender interesses coletivos. Seu estudo envolve normas, princípios e institutos jurídicos que regulam a atividade administrativa do Estado, isto é, a atividade voltada à execução concreta das finalidades públicas definidas pelo ordenamento jurídico.

Diferentemente de outros ramos jurídicos que se concentram predominantemente em relações privadas ou em conflitos individuais, o Direito Administrativo tem como eixo a presença do Estado em posição de gestão, execução, ordenação, prestação e controle. Isso não significa que a Administração Pública possa agir livremente. Ao contrário, sua atuação está juridicamente condicionada, pois todo exercício de poder administrativo deve encontrar fundamento no Direito e finalidade no interesse público.

### ► **Relação entre Estado, Administração Pública e função administrativa**

#### **O Estado como estrutura de poder e realização de finalidades públicas**

O Estado é uma organização política e jurídica criada para exercer autoridade sobre determinado povo, em certo território, com soberania. Para cumprir suas finalidades, ele desempenha atividades variadas, como legislar, julgar, administrar, fiscalizar, prestar serviços e intervir em situações relevantes para a coletividade.

A Administração Pública corresponde ao conjunto de órgãos, entidades e agentes que executam a função administrativa. Essa função consiste na atuação concreta, direta e contínua voltada à satisfação das necessidades públicas. Quando o Estado organiza escolas, fiscaliza atividades econômicas, realiza licitações, nomeia servidores, conserva vias públicas ou presta serviços de saúde, ele está exercendo atividade administrativa.

### ► **Sentidos do Direito Administrativo**

#### **Sentido amplo e sentido estrito**

Em sentido amplo, o Direito Administrativo pode ser compreendido como o conjunto de normas e princípios relacionados à Administração Pública e à função administrativa do Estado. Nessa perspectiva, observa-se a disciplina de forma mais abrangente, incluindo organização administrativa, atuação estatal, agentes públicos, bens públicos, serviços públicos e mecanismos de controle.

Em sentido estrito, o Direito Administrativo é analisado como ramo jurídico autônomo voltado especificamente ao regime jurídico-administrativo, marcado pela combinação entre prerrogativas públicas e sujeições jurídicas. As prerrogativas permitem que a Administração disponha de instrumentos especiais para realizar o interesse público; as sujeições impedem arbitrariedades, exigindo legalidade, finalidade, motivação, proporcionalidade, publicidade e controle.

### ► **Óticas de análise do Direito Administrativo**

#### **Perspectivas subjetiva, objetiva, formal e material**

O Direito Administrativo pode ser examinado por diferentes óticas. Pela ótica subjetiva, o foco recai sobre quem exerce a atividade administrativa, isto é, os órgãos, entidades e agentes públicos. Pela ótica objetiva, observa-se a própria atividade administrativa, independentemente do sujeito que a pratica. Pela ótica formal, considera-se o regime jurídico aplicado ao ato ou à atividade. Pela ótica material, analisa-se o conteúdo da atuação, especialmente quando ela se dirige à realização concreta do interesse público.



### Espécies

As normas processuais são constituídas por regras e princípios. Desse modo, levando em consideração que os princípios possuem força normativa, com o uso destes, os operadores do direito podem fundamentar suas decisões exclusivamente em princípios. Assim, quando o Código de Processo Civil vigente reporta acerca de normas fundamentais, se refere à existência de regras e princípios fundamentais desta legislação.

Sobre o tema, analisemos abaixo, importantes princípios do Ordenamento Jurídico Brasileiro no que concerne à aplicação do Processo Civil:

### Princípio da Igualdade

Sua finalidade é a paridade de tratamento no que se refere:

- a) Ao pleno exercício dos direitos e faculdades processuais;
- b) Aos meios de defesa;
- c) Aos deveres;
- d) Aos ônus existentes; e
- e) À aplicação das sanções processuais pertinentes.

### Princípio da Hermenêutica Processual Civil

Esse princípio deve ser destacado com a observância das seguintes prerrogativas:

- a) Da legalidade;
- b) Da dignidade da pessoa humana, atuando como supraprincípio processual;
- c) Do condizente ao atendimento aos fins sociais e às exigências do bem comum;
- d) Da proporcionalidade, que se trata da adequação entre meios e fins;
- e) Da razoabilidade, que se refere à equidade, atenção à realidade, bom senso e equivalência na aplicação do direito processual;
- f) Da eficiência, buscando atingir ao máximo a finalidade, mesmo diante das situações precárias da Administração Pública e do Judiciário.

### Princípio da Inércia da Jurisdição

Para que possa atuar em processos, é necessário que o magistrado seja provocado, pois, o processo civil tem início através da provocação da parte, porém, se desenvolve por intermédio de impulso oficial.

Nesse sentido, desenvolve-se um sistema processual misto que dá evidência ao princípio dispositivo, na medida em que o magistrado poderá atuar somente para a produção de provas no processo, bem como conduzir a ação até que haja a decisão final de mérito e ocorra a satisfação do direito.

### Princípio da Celeridade Processual

A referência a esse princípio diz respeito à necessidade de rapidez e agilidade do processo. Por meio da celeridade, ocorre a busca para se alcançar o resultado final da lide com a menor quantidade de atos possíveis.



# GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

**QUERO MINHA APROVAÇÃO!**